

O Distrito Federal no ano 2000



No ano dois mil todos os espaços do Plano Piloto estarão ocupados

Estamos a apenas 14 anos do ano 2.000, da grande virada para o século XXI. A partir das atuais realidade como figurariam Brasília e o D.F. nesse futuro próximo?

Como em toda questão especulativa é difícil obter-se respostas contundentes. Mas quando muito pode-se apreciar tendências que já estão se evidenciando ou já estão dadas no presente.

Uma das principais variáveis a se analisar nesse caso, é a demográfica. Qual seria a população do D.F. na virada do século?

Tomando como base o 1 milhão 198 mil pessoas recenseadas em 1980, a Codeplan estimou em 2.259.046 a população para todo o D.F. em 1995, valendo estimá-la para o ano 2.000 pelo menos no dobro a atual população, alguma coisa em torno de 3 milhões de pessoas apenas no D.F.

Mantidos os atuais padrões de comportamento isso significaria o dobro do atual trânsito de pessoas e veículos, o dobro em matéria de consumo de água, de energia, de escolas, de equipamentos de saúde, de habitações, etc...

Esses eventuais 3 milhões de habitantes do ano 2.000 poderiam no entanto estender-se aos 4 milhões previstos pela ONU, desde que consideremos a população do D.F. estendendo-se sobre a região goiana do Entorno.

No Entorno registra-se hoje (1986) nada menos do que 750.000 lotes nos municípios de Luziânia, Planaltina, Cristalina e Santo Antônio, capazes teoricamente de receberem 3.750.000 pessoas, ou seja, 750.000 pessoas a mais do que toda a população prevista para o D.F. no ano 2.000. Um total teórico, portanto, de quase 7 milhões de pessoas, entre o D.F. e o Entorno.

São estas porém previsões cujas bases teóricas podem e devem se alterar substancialmente daqui para o século XXI.

A tendência geral é que se regulem por baixo, para menos, acompanhando a tendência nacional das áreas urbanizadas, e o simultâneo atrativo que as novas regiões de colonização na Amazônia deverão exercer sobre a orientação dos fluxos demográficos do País.

Se as previsões são falíveis, não o são porém as marcas desde já impressas sobre o solo urbano do D.F. como a grande mancha populacional estendendo-se a oeste do Plano Piloto, desde a Ceilândia até Novô Gama e Pedregal, futuro espaço da cidade de Samambaia, a compor a maior concentração

demográfica da metrópole brasileira no ano 2.000.

Estando o Plano Piloto todo construído até lá, é razoável supor-se que a grande batalha por empregos e por salários vão travar-se nessa densa região oeste. Dada as atuais expectativas de industrialização no D.F., é possível que se vá assistir ali a um permanente foco de problemas relacionados à marginalização econômica e social, a menos que muitos dos atuais parâmetros atuais de assentamento sócio-econômico sejam desde já repensados, a começar da própria concepção da cidade de Samambaia, bem como de outras proposições, como a apresentada por Lúcio Costa para a urbanização dos eixos que ligam o Plano Piloto a Taguatinga.

A industrialização do D.F. porém deve avançar aos poucos, subsidiária dos ciclos de expansão e de recessão na construção civil, atrelamento vicioso que nenhuma política industrial se dá conta até que sobrevenha a recessão. Assim, distraidamente, seja por despreparo dos empresários, seja por falta de capital, vão-se perdendo oportunidades tanto mercantis quanto industriais de operarem num mercado regional mais alargado, como o do centro-oeste, da Amazônia e do nordeste brasileiro, para os quais a localização de Brasília é excepcional em matéria de acessibilidade, insumos e custos de transporte.

Resta portanto, para a futura metrópole, a sempre presente possibilidade de ser, fundamentalmente, uma economia terciária sustentada pelo emprego público. Governo Federal ou no GDF. Mas até onde pode ir esse processo de absorção, e a que nível de remuneração?

Em seguida tem-se os setores de serviços e comércio, para os quais a excepcional renda per capita do D.F. apresenta espaços para crescimento, desde que melhorem sua eficiência e qualificação, ainda de baixo nível.

Enfim, aqui cessam as especulações mais óbvias, pois a economia brasileira transcende Brasília, insere-se no contexto nacional, cujo atrelamento ao crescimento dependente ou independente são questões que precisam ser resolvidas antes de esboçar-se quadros de comportamento a longo prazo.

No geral porém não há razões para alarmes angustiantes no que diz respeito a Brasília, desde que, no presente, haja um aparato mínimo de planejamento e correção das distorções que forem surgindo.